



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU Campo Limpo – Av. Carlos Lacerda, 678 – Campo Limpo

DATA: 30/11/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Como Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 28ª audiência pública ao PL 688/13, que debate o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. Dirijo os trabalhos, no dia de hoje, a pedido do Sr. Presidente, Vereador Andrea Matarazzo. Os Vereadores Nabil Bonduki e Paulo Frange terminam, nesse momento, a audiência pública da macrorregião Oeste, no Sesc Pinheiros.

Agradeço a presença do Vereador Reis, que assumiu o compromisso juntamente conosco, assim como ocorreu, na audiência pública do M'Boi Mirim, participando dessa audiência. Infelizmente, no dia de hoje, estamos com um público absolutamente reduzido. O esforço para a realização da nossa reunião da macrorregião Oeste inibiu a presença do público. Agradeço muito a presença do Sr. Josmar Pereira Pinto, da Associação Morumbi de Integração Social, que estava conosco na reunião macrorregional e veio para cá.

Para que não seja necessária uma nova apresentação de todo o material, peço para a representação do Executivo, que, mais uma vez, acompanha-nos e dá esforço, fazer a entrega do material do Sr. Josmar; e vou abrir, imediatamente a palavra para o Vereador Reis. Depois o Sr. Josmar fará os seus encaminhamentos.

Tem a palavra o Vereador Reis.

O SR. REIS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os senhores presentes. Marcaram várias atividades no mesmo horário. Isso está acontecendo na subprefeitura do Campo Limpo, onde está havendo uma audiência sobre o plano de metas e também na subprefeitura do M'Boi Mirim, onde está ocorrendo outro evento. Isso desmobilizou um pouco o público, que, ao se dividir, tem de estar nesses locais, além de estar ocorrendo a eleição do Conselho Gestor do Hospital do Campo Limpo, que também acontece nessa data. Não sei se haverá outra convocação. Pode ser que essa audiência junte-se a outra reunião, de outra região.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É fundamental realizarmos o debate

nesse território. Esse é um dos territórios mais importantes da cidade de São Paulo, por conta de ele ter, dentro da sua região, a macrozona de proteção, a macrozona de desenvolvimento. Então, ele tem cenários e desenvolvimentos absolutamente distintos. Ele também é lindeiro de uma região que tem uma rodovia federal e uma rodovia estadual. Portanto, não é um impacto pequeno na questão de mobilidade para fora do eixo da Cidade. Portanto, trata-se de mobilidade metropolitana e também mobilidade de carga para o Cone Sul do nosso Estado e do nosso País. Então, ele tem uma importância estratégica, e isso tem de ser abordado.

Na próxima reunião da zona Sul que houver, faremos questão de chamar a população do Campo Limpo, para que não se frustrate o debate daqueles que não puderam estar aqui, mas que eles sejam envolvidos em outro debate, além do debate do dia de hoje.

Tem a palavra o Fernando Túlio, que está representando o Executivo no dia de hoje, para fazer uma breve apresentação, brindando os senhores que estão aqui conosco.

O SR. FERNANDO TÚLIO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Vereador Reis. Serei bastante breve na minha fala, trazendo algumas questões que nortearam a proposta da elaboração do PL 688/13, o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo.

É interessante destacarmos que esse CEU, onde estamos, está numa macroárea de repulsão da vulnerabilidade urbana, incluído também num eixo de estruturação da transformação urbana. Na subprefeitura do Campo Limpo, o território apresenta três macroáreas no perímetro da subprefeitura, uma parte da estruturação metropolitana, um perímetro da redução da vulnerabilidade urbana e um perímetro também de qualificação da urbanização consolidada. Nesse sentido, é importante colocarmos que as premissas que o Plano Diretor Estratégico aborda, a função social da propriedade e o direito à Cidade, que são peças fundamentais para revertermos o modelo de desenvolvimento urbano do município, esses princípios têm um rebatimento na política de ordenamento do território da cidade de São Paulo. Nessa região, há uma série de elementos previstos no plano, que poderiam reestruturar

esse território, garantindo direito à Cidade, viabilizando a função social da propriedade.

Destaco, de forma bastante sucinta, que algumas intervenções no sistema de mobilidade urbana, para além das rodovias, como o Vereador José Police Neto já falou, compreendem a extensão da linha 5 Lilás até a linha 2 Verde. Há também a linha 17 Ouro, com monotrilho, que vai fazer uma conexão com a futura estação Morumbi, na linha Amarela do metrô. Há um conjunto de corredores urbanos, que estão previstos para a região, sobretudo na Estrada do Campo Limpo e começando a Carlos Lacerda. Há um conjunto de corredores que vão em direção ao Capão Redondo e depois se encontram com a Estrada do M'Boi Mirim e vão até o Jardim Ângela. Quanto a esse conjunto de corredores urbanísticos, assim como simplesmente moradia não gera Cidade, é fundamental a promoção de habitações, especialmente aquelas de interesse social. Os corredores urbanísticos têm uma função que é simplesmente não só promoverem a mobilidade urbana. Há uma série de outros parâmetros que foram estabelecidos ao longo de sua extensão. Os senhores poderiam fazer uma melhor consulta mais específica no *site* da gestão urbana. Para além da questão da mobilidade urbana, há uma série de outros parâmetros, que buscam estimular a geração de empregos e o uso misto, visando dinamizar o espaço público. Isso foi incluído no plano, como faixa ativa e fruição pública, que tem uma série de incentivos e benefícios econômicos.

Também é importante destacarmos que essa subprefeitura é cortada pela macroárea de estruturação metropolitana na região do Rio Pinheiros. Essa macroárea, conhecida também como o Arco do Futuro, tem um importante papel na incidência da distribuição de emprego e moradia pela região metropolitana de São Paulo.

Por fim, há um terceiro eixo, que estrutura a elaboração do plano. Trata-se da redução das desigualdades sociais. Esses eixos estão colocados por meio de uma série de instrumentos, como as Zonas Especiais de Interesse Social, que foram redimensionadas, em função da conjuntura econômica que o País vive hoje. Elas também foram redefinidas, com o objetivo de se estimularem outros usos, para além da habitação, como usos institucionais,

equipamentos públicos, creches e escolas, bem como serviços e comércios, dando ênfase à vida urbana.

Para complementar a política habitacional, há um elemento que também é uma inovação dessa proposição do plano, a quota de solidariedade. Ela tem outra política, que é também bastante interessante de frisar, estabelecendo que, na medida em que grandes empreendimentos urbanos sejam construídos ou viabilizados, uma porcentagem possa ser destinada à viabilização de Habitação de Interesse Social. Nesse sentido, é uma lei que precisaria ser regulamentada. A proposta do PL encontra-se dessa maneira. Isso deveria ser regulamentado em até um ano.

Outra questão bastante importante, que seria interessante destacarmos, é que para serem viabilizados esses três elementos fundamentais, a estruturação metropolitana, os corredores de ônibus como elementos que estruturam o território e a redução da vulnerabilidade urbana, por meio de ações prioritárias nos sistemas urbanos e ambientais e ações prioritárias, tais como os equipamentos públicos, a mobilidade urbana e outros elementos, foi proposto um conjunto de instrumentos urbanísticos, que são ferramentas que viabilizam a construção dessas ações no território e tem um potencial de induzir tais objetivos e tais estratégias, estabelecidas no meio do plano. Alguns instrumentos são novos e outros instrumentos foram revisados e outros até foram descartados. Com relação aos instrumentos existentes, há um bastante importante, a outorga onerosa do direito de construir. Ela tem uma função bastante importante na gestão da valorização fundiária na cidade de São Paulo.

Então, todos aqueles empreendimentos que passarem do coeficiente básico, o que ocorre? Num determinado terreno, a área pode ser construída, uma vez o tamanho dela mesma. Se passar de uma vez, é necessário se pagar essa contrapartida financeira à municipalidade. Trata-se da outorga onerosa do potencial construtivo adicional. Esse valor é encaminhado para o Fundurb, Fundo de Desenvolvimento Urbano, e reinvestido em melhorias urbanísticas, por meio de alguns critérios estabelecidos no próprio plano, para viabilizar

espaços públicos; espaços livres, como praças e parques; habitação de interesse social e obras de drenagem. Elas têm um caráter destrutivo. É um instrumento bastante importante, que foi reformulado, com o objetivo de melhor atender às necessidades sociais e ambientais do município.

Há um conjunto de sistemas de urbanos e ambientais, como a drenagem, a questão do lixo, da habitação e das áreas de risco. Na apresentação, estavam detalhados esses mapas. No jornal do plano, todos podem ter acesso a isso.

Há uma questão que o plano aborda no seu último título, a questão da gestão democrática. Trata-se de todo o mecanismo que está estabelecido e define a interface entre as entidades da sociedade civil, do movimento de moradias, ONGs, enfim, todos os representantes e a sua inter-relação deles com o Poder Público para se viabilizar a gestão da política pública relacionada ao desenvolvimento urbano.

No dia 8, haverá a eleição dos conselhos participativos das subprefeituras. Hoje já está vigorando o Conselho Municipal de Política Urbana, a Câmara Técnica de Legislação Urbanística e a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana. Há uma série de órgãos que trabalham de forma integrada, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da política urbana no município de São Paulo. Então, esse capítulo trata especificamente dessa relação e da relação do plano com os instrumentos de planejamento orçamentário do município, como o PPA, a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além do Programa de Metas. Há infelizmente uma audiência marcada no mesmo horário, onde estão sendo debatidas essas questões.

Faço uma consideração final, a respeito dessas inovações trazidas por meio do PL 688/13. É importante frisarmos que ele está estruturado em três grandes estratégias. Uma é a estruturação metropolitana, que visa equilibrar a proporção de emprego e moradias no município de São Paulo, dialogando com a realidade da região metropolitana. Por outro lado, há os corredores de ônibus, assim como as linhas de metrô e trem. Nos próximos dez anos, há uma porção de linhas planejadas, que têm um papel de estruturar o território, sobretudo nas

áreas mais vulneráveis. Isso abre um terceiro ponto fundamental no plano, a redução das desigualdades sociais. Nota-se aí uma série de ações prioritárias nos sistemas urbanos e ambientais e uma série de ações na política habitacional, enfim, da regularização fundiária, que também tem instrumentos que estão no Código Civil, os quais foram incorporados ao plano, tendo, como objetivo, transformar a realidade da Cidade, de acordo com o Projeto Cidade, que se estabelece nesse horizonte de revisão do marco regulatório de política urbana do município, e que tem, na região, o rebatimento direto na estrutura espacial, com o objetivo de se reverterem as desigualdades sociais presentes no território.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Anuncio a presença do Sr. Elon Ferreira, representando a Subprefeitura do Campo Limpo.

Tem a palavra o Sr. Josmar Pereira Pinto.

O SR. JOSMAR PEREIRA PINTO – Agradeço a Mesa pela oportunidade. Represento aqui a AMIS, Associação Morumbi de Integração Social. Temos um trabalho muito grande, próximo à Vila Andrade, ao Morro da Lua, ao Puma. São duas comunidades que atendemos diretamente, fora as outras regiões do nosso entorno.

A importância dessa audiência pública é muito grande para a nossa região de Campo Limpo. Vamos apresentar uma proposta, sobre a necessidade de uma modificação naquela microrregião, entre a Rua Maria José da Conceição e a Carvalho de Freitas. O pessoal costuma chamar a região da Vila Andrade de Morro da Lua, na baixada da Vila Andrade. Estamos limitados. Hoje há um trabalho. Atendemos em torno de 1.600 crianças. Ontem houve uma festa, um evento maravilhoso de encerramento, com aproximadamente 1.500 crianças e pais. Precisamos aumentar a nossa área, e o Plano Diretor limita em muito, por haver vias locais. A Rua Maria José da Conceição hoje é considerada uma via local, mas funciona como uma via coletora, porque liga a Caldeira Filho à Giovanni. Então, esse é um dos pedidos, que se reavalie, dentro desse Plano Diretor, aquela região, que é muito importante. Ela está no limite de uma ZM-3 com uma Zona Especial. Nós precisamos aumentar o nosso espaço.

Temos grandes apoiadores e parceiros. A própria Prefeitura do município é parceira da AMIS, dando apoio. Também temos o Governo do Estado, que também é parceiro. A AMIS é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, de assistência social ampla e de reconhecimento municipal, estadual e federal, como entidade beneficente. Então, precisamos desse apoio, e achamos que aqui é o fórum oportuno para estarmos colocando o nosso pedido, as nossas reivindicações, de melhoria daquele entorno, para que uma entidade possa ampliar residências.

Hoje, naquela região, não existe limite para ampliação residencial. Então, as incorporadoras estão fazendo grandes prédios, mas nós, que estamos com um trabalho efetivo para a comunidade, não conseguimos aumentar um centímetro quadrado no nosso espaço. Isso faz com que não possamos mais atender às crianças. Os senhores sabem da importância e da procura que aquela comunidade tem, e a necessidade de ela receber essa ajuda.

Temos as condições, mas estamos impedidos. Esse é o nosso pedido. Agradeço os Vereadores por esta oportunidade. Colocamos a nossa proposta e aguardamos ser ouvidos, tendo uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço o Sr. Josmar Pereira e todos os integrantes da Associação Morumbi de Integração Social, que estão acompanhando os nossos debates. Lembro-me da importância que é se dar um tratamento adequado à reclassificação de vias na Cidade. Esse é um tema recorrente em todas as nossas audiências, em especial, quando saímos do Centro Expandido, quando vamos à periferia e encontramos uma dificuldade muito grande, na interpretação do que, de fato, são as vias locais e o que é atividade econômica e atividade social, que vem sendo montada pela comunidade. Há bairros inteiros na cidade de São Paulo. Pela largura das vias e pela classificação que foi imposta, são vias locais. Portanto, em muitos bairros, não haveria nenhuma atividade, nem social, nem econômica, fazendo com que eles não tenham a característica mista de que foram planejados.

Então, é um tema recorrente. Nós temos ainda dificuldade, de trazer esse debate

para dentro do Plano Diretor Estratégico. Todos nós sabemos que a classificação de vias é um quadro anexo à Lei de Uso e Ocupação do Solo. A 13.885 definiu, além dos Planos Regionais Estratégicos, as Leis de Uso e Ocupação e a classificação de vias; mas o esforço que estamos fazendo, nesse momento, é para encontramos uma alternativa, destravando alguns desses eixos que, notoriamente, já são reconhecidos pela Administração, como sendo de estrutura desses bairros. Mesmo sendo vias locais, já são eixos de estruturação do bairro, porque é ali onde passa o ônibus, é ali onde há o fluxo da população. Então, esse esforço está sendo feito pelo nosso relator, o Vereador Nabil Bonduki, que tem tido, de nossa parte, uma atenção toda especial.

Falando em Uso e Ocupação, não posso deixar de chamar para a mesa conosco o Sr. Manoel Filho, representando a subprefeitura. Como S.Exa. tem a tarefa local de fazer as coisas funcionarem, sob o ponto de vista do planejamento e da execução, agradeço a sua presença. Se houver documento a ser protocolado, a nossa equipe vai receber as demandas localizadas que cada um dos senhores trouxe à reunião do dia de hoje.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da União Global do Trabalho e Cidades. A central está sendo organizada em 115 países. Do dia 5 até o dia 23, está havendo assembleias nesses países do planeta, para se constituírem as bases nacionais. A central tem a federação dos moradores e empreendedores da regional do Campo Limpo. Ela será instalada na Avenida Campo Limpo, e hoje já conta com 28 mil associados no território.

No ano que vem, começamos a trabalhar na formação de menores, de 6(?) a 17 anos, em seu projeto desportivo. Brigamos aqui na audiência pública orçamentária para 2014. A nossa tese para a região é o transporte, o metrô, chegando até o centro da Cidade, com faixas de ônibus. Defendemos também a construção de 60 quilômetros de ciclovias no território e cinco mil quilômetros de pista de *cooper*. Infelizmente, essas ações não foram para o orçamento de 2014.

Vemos que, na cidade de São Paulo, o território para no horário de pico. Quando chove, a Cidade para e as regiões param também, pelo fato de o transporte estar congestionado.

Vou pontuar o seguinte: Nesse plano de metas e nas audiências públicas orçamentárias e do PDE, das quais participamos, apresentamos ações sobre a isenção de impostos para empresas instalarem-se nos bairros da região Sul e da região Leste, levando empregos próximo aos moradores. Na zona Leste, o projeto já foi para a Câmara e votado. O Executivo não apresentou o projeto da zona Sul. Só no território da região do Campo Limpo, há bairros onde há mil moradores para uma vaga de emprego. Então, esse pessoal vai se deslocar para outro o centro expandido e outras regiões para trabalharem ou procurarem emprego.

Gostaria de saber do representante do Governo se o Governo vai apresentar ainda, nesse ano ou no ano que vem, o projeto de isenção de carga tributária para empresas instalarem-se nos bairros, e o projeto de geração de mais empregos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado, Sr. Laerte Brasil, que, ao longo dos últimos dez anos, tem conseguido estar em quase todas as audiências públicas realizadas na Cidade, sempre trazendo a sua contribuição.

Tem a palavra o Sr. Manoel, funcionário de carreira, que está trabalhando há um bom tempo na Administração.

O SR. MANOEL – Boa tarde a todos. O trânsito, na Estrada de Itapecerica da Serra, está todo parado, em todas as vias principais. Foi difícil chegar aqui, mas estou. Essa não é a primeira discussão que estamos tendo na região sobre o Plano Diretor. Já houve duas etapas. Na primeira, foram compartilhadas todas as preocupações que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano colocou, num primeiro momento, na revisão do Plano Diretor. Num segundo momento, nesse mesmo local, houve uma oficina, quando todos os munícipes tiveram

oportunidade de estarem colocando as suas preocupações e refletindo um pouco como deve ser melhorada toda a situação na nossa região, Campo Limpo, que conta com 700 mil habitantes, aproximadamente. Essas discussões foram muito produtivas. Houve uma terceira etapa regionalizada, a Sul 1 e a Sul 2, quando foi apresentado o projeto de lei que o Executivo está enviando para o Legislativo. Essa audiência de hoje já faz parte desse processo em todas as subprefeituras.

Pena que aqui não haja a quantidade de munícipes que tenham participado nas reuniões anteriores. Por que isso está acontecendo? Porque houve uma coincidência de eventos na região. Hoje nesse mesmo horário, no auditório da subprefeitura, está havendo o programa de metas, na sua última etapa, quando está sendo apresentado o programa de obras que haverá para o ano que vem na região do Campo Limpo. Todas as discussões estão sendo feitas em torno do orçamento regionalizado. Hoje está havendo a eleição do conselho gestor do Hospital do Campo Limpo. Na região, o movimento da Saúde é o melhor articulado na cidade de São Paulo. Por lá, já se passaram mais 600 pessoas para votarem. Há filas e filas. Então, esses munícipes, que deveriam estar aqui, estão direcionados na questão do conselho gestor daquele hospital. Diga-se de passagem, a saúde é um ponto crucial. Até mesmo quando discutamos o Plano Diretor ou em outra etapa que se discute a questão do uso e ocupação do solo, temos de dimensionar algumas áreas específicas de zoneamento, para estarmos direcionando equipamentos públicos voltados para a área da Saúde. Os munícipes estão lá, fazendo essa discussão, participando. A região é latente de participação popular. Pena que o auditório não esteja cheio, mas, com certeza, há outras partes da região onde está havendo reuniões e debates. Estamos contentes com essa audiência. Cumprimentamos por isso, e a Câmara tem a sensibilidade de estar aprovando esse projeto de lei, que é a revisão do nosso Plano Diretor, para, em seguida, entrarmos na outra etapa, a revisão do uso e ocupação do solo. Aí vem juntamente a questão do planejamento estratégico, o desejo de todos nós, para estarmos consolidando melhor a nossa região.

Todas essas problemáticas que estão sendo colocadas aqui vivemos no dia a dia. Campo Limpo hoje é uma região extremamente estratégica na Cidade, haja vista que o distrito da Vila Andrade é com o maior volume de construção civil, hoje em dia, na cidade de São Paulo, e empreendimentos vêm aumentando nessa região. O pior de tudo é que os investimentos estão crescendo e as alternativas de fuga, rota para se sair com o carro, são mínimas. Estamos na Ninos(?) Torco(?) com um empreendimento de 1.200 apartamentos. Aonde serão desaguadas 1.200 famílias de uma via que é praticamente pequena? Essa é a nossa realidade. De manhã, a Estrada de Itapecerica é travada. O Campo Limpo também é travado. Ainda temos sorte, porque temos dois corredores principais. Temos a Estrada de Itapecerica da Serra, a Caldeira e a Carlos Lacerda. E as outras regiões, como a M'Boi Mirim, que só contam com uma via para desaguar todo o fluxo de moradores?

Esperamos que, no ano que vem, seja introduzido o conjunto de obras na região, para facilitar esse processo. Já estamos com uma obra na Guido Caloi, que vai desafogar. Há previsão de três pontes na Marginal Pinheiros, justamente para estar ajudando esse fluxo que nós temos, principalmente para a Giovanni Gronchi, para se desafogar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Eu que agradeço. A Câmara não só sabe, como também participa ativamente das movimentações sociais que tanto o Campo Limpo quanto o Capão Redondo sempre realizaram. Essa sempre foi a região que mais contribuiu nesse debate popular. Quando pegamos as grandes manifestações, em 100%, houve participação de Capão Redondo, Arrastão(?). Vemos então que é uma região dotada de forte ativismo social. No dia de hoje, ao se sobreporem três tarefas, uma do orçamento para o ano que vem, do Plano Plurianual; do plano de obras e do plano de metas, com a nossa reunião do Plano Diretor e mais a eleição do conselho gestor do hospital, é lógico que frustra a participação de muitos, que gostariam de estar aqui.

Vou assumir o compromisso com o Vereador Reis e a sociedade que aqui está,

para que, na próxima reunião, na zona Sul, ainda programada para os próximos dez dias, para que haja tempo de mobilização, envolvêssemos também o Campo Limpo, tanto na apresentação como nos debates, permitindo que aqueles que não estiveram no dia de hoje, envolvidos com outras tarefas, na Cidade, participassem. Não é justo a população tão guerreira e batalhadora não ter a oportunidade de se manifestar. Sabemos que ela se manifesta, seja na questão de habitação de interesse social, com a quantidade gigantesca de ZEIS, seja no debate de como tirarmos do papel, em especial, a ZEIS 1, que está na macrozona de proteção ambiental. Isso é complexo.

Esse debate trazido pelo Sr. Josmar é fundamental. As comunidades que estão envolvidas por apenas ruas locais terão a sua capacidade, de desenvolver a economia do bairro. O Vereador Reis perguntou-me: “Não há como desenvolvermos algo que seja para o Capão Redondo e para o Campo Limpo, e fomenta a pequena indústria, o pequeno negócio? Ficou claro para nós o quanto ficou saturado o deslocamento na Cidade. Esse diagnóstico já está vencido. O problema é que não conseguimos enfrentá-lo com solução. Muitas vezes, apresentamos um paliativo e, de paliativo em paliativo, vamos postergando uma solução, e esse tempo que passa acentua a desigualdade da Cidade. Então, o maior problema que vivemos hoje é que não se comportam mais ações paliativas. Passei os últimos cinco dias em Bogotá no Congresso Internacional de Transporte de Massa. Grandes cidades comparadas a São Paulo, Bogotá, Medellín, realizaram, no campo do transporte público coletivo de qualidade, grandes coisas, se fossem comparadas a nossa. Ficamos, durante um período muito grande, quase que hipnotizados pela qualidade que o metrô oferecia, e não aceitávamos outros modais. Fomos muito reticentes, depois da implantação do primeiro corredor, ainda no começo da década de 80, na Santo Amaro e na Nove de Julho. Acabou sendo corredor, mesmo tendo sido interrompido. A obra inicia-se com o ex-Prefeito Mário Covas e não se conclui com o seu sucessor, Jânio Quadros, que apostava no insucesso desse corredor. Portanto, para a cidade de São Paulo, ficou uma avaliação muito negativa do que eram os corredores. Levamos 20

anos para superarmos a negação dos corredores, e isso era a negação do transporte público, porque, na região, interpretávamos a via exclusivamente para o veículo individual.

Mas esse tempo passou, e hoje todos sabem que a via pública precisa ter intermodalidade, mas também não é para transportar todo mundo ao mesmo tempo. Ou nós temos a capacidade de trazer economia para a periferia, riqueza para a periferia; ou a Cidade continua concentrando riqueza nas regiões que sempre concentrou. Então, há algo que é mais importante do que se o conforto do emprego ao lado de casa. Não é só uma questão de conforto, é a questão da descentralização da riqueza, senão ficamos imaginando que eu só quero trazer o emprego para a periferia, para o trabalhador não ter de ser transportado. Não é isso, é que precisamos fazer com que a periferia seja tão rica como as regiões centrais, senão não faz sentido esse direito à Cidade: Para alguns há direito; para outros, não.

Temos de enfrentar esse discurso fácil, de que é só trazerem o emprego próximo ao trabalhador, porque aí não se gasta com transporte. Trazer riqueza para a periferia é fazer com que ela tenha acesso a bens e usos que a periferia não tem. Falo da atividade cultural, atividade de entretenimento. Essas questões são fundamentais para uma vida completa.

Vou colocar a apresentação do Sr. Fernando no portal da Câmara. Agradeço a presença do Vereador Reis nos trabalhos de hoje, além do Sr. Manoel, a quem peço que leve o nosso abraço ao nosso Subprefeito. Peço aos senhores que interajam com colegas, vizinhos e amigos. A Cidade que queremos é o produto do nosso envolvimento, do pacto que vamos realizar. É o resultado do que falarmos e fizemos publicamente. Esse fazer e esse acreditar estão muito ligados a essa capacidade técnica que a sociedade tem, mas tem de haver essa escuta apurada do leigo e do popular. Portanto, não se trata do Plano Diretor das pranchetas dos urbanistas, porque esse já não comporta mais o desenvolvimento da Cidade. Ele é o bom encontro, a base do conhecimento comum, não mais, nem menos do que 50% para os técnicos que os nossos investimentos públicos permitiram avançar intelectualmente. Não é mais nem menos do que 50% do leigo e do popular que a sociedade tem tanto a nos ajudar. É nessa

perspectiva que vamos encerrar a audiência do dia de hoje.

Agradeço a presença de todos. As notas taquigráficas vão dentro do processo - Então, o que cada um dos senhores falou invade o processo legislativo – como também os documentos protocolados. Encerro a minha participação aqui e devolvo a palavra.

Tem a palavra o nobre Vereador Reis.

O SR. REIS – Sr. Presidente, V.Exa. falou tudo o que precisamos ouvir no Campo Limpo. Sou daqui e moro na região da Vila das Belezas. Sabemos das carências que tem a região. Quanto à questão da geração de empregos, sou da opinião de que a Prefeitura de São Paulo deveria, em cada distrito, desapropriar uma área e construir até galpões para pequena empresa, instalando pequenas e médias empresas na periferia, dando incentivos. Não vamos conseguir gerar todos os empregos aqui, mas parte deles podem ser gerados aqui, para se diminuir esse investimento em transporte público. Temos um exemplo, a linha Lilás, do metrô Capão Redondo, que já está sendo construída há vinte anos. Às vezes, vou pegar o metrô na Vila das Belezas e espero cinco ou seis trens para entrar. Demoraram tanto para se construir uma linha, e quando a terminarem, não vai haver a resposta que a população precisa, o ideal seria, pela quantidade de pessoas que precisam ser transportadas, já houve saturação.

Na região, hoje há uma sala de cinema, no Shopping Campo Limpo. Em outra época, nem isso havia. Há teatros nos CEUs, mas nem sempre há recursos destinados a prover cultura, para que a população tenha acesso a ela. Então, há deficiência na questão de acesso à cultura. No Campo Limpo, ainda há universidades. Há o Unasp e a Faculdade Morumbi Sul, a Universidade Bandeirantes-Anhanguera, mas ainda há pouca oferta, no que se refere ao sistema público de Educação.

Nós não temos faculdades públicas, para que os jovens tenham acesso a um curso superior. Na região da M'Boi Mirim, não há nenhum, a não ser a Fatec. Então, realmente precisamos pensar na questão da Educação de qualidade, na geração de cursos superiores, de 3º grau e no acesso à Justiça. Para pessoas terem acesso à Justiça, só do outro lado da

ponte. Até na região da M'Boi Mirim, foi aprovado um fórum, que, até hoje, não foi instalado. Se pessoas quiserem buscar suas demandas, têm de se dirigir ao fórum de Santo Amaro. Não temos uma casa do advogado e nem uma Defensoria, porque não temos essa estrutura do Judiciário.

Então, incentivamos, durante todo o tempo, o deslocamento, para que pessoas saiam daqui para irem até o outro lado do rio. Não há pontes para passarmos para o outro lado do rio. Temos duas ou três pontes, no máximo. Se pegarmos a M'Boi Mirim e o Campo Limpo, nós temos duas pontes. Uma delas tem sentido único, a Transamérica. Então, de manhã, há centenas de milhares de pessoas. É o êxodo da região, pessoas indo para a região Central, e, à tarde, ocorre a mesma coisa de lá para cá. Não há sistema viário que vai dar resposta, não há sistema de transporte que vai dar resposta para tudo isso. Por mais que se alarguem as vias, vai sempre haver essa complicação. Então, entendo que tem de ter, no distrito do M'Boi Mirim, no distrito do Campo Limpo e no distrito do Capão Redondo, uma região, uma área destinada exclusivamente à pequena e à média empresas, com incentivos, para que parte dos empregos sejam gerados aqui e que haja mais investimentos em Saúde, e mais acesso à Educação, à Cultura e aos Esportes. Isso é fundamental.

Por exemplo, na subprefeitura de M'Boi Mirim, há dois hospitais, o Hospital de M'Boi Mirim e o Hospital de Campo Limpo, que atendem a toda a região. O Hospital de Campo Limpo está no distrito do Jardim São Luís, que pertence à subprefeitura de M'Boi Mirim. A subprefeitura de Campo Limpo congrega a Vila Andrade, o Campo Limpo e o próprio Capão Redondo. Se pegarmos do Campo Limpo até o Capão Redondo, não há hospital.

Então, também pensando em equipamentos de Saúde, para o Capão Redondo, deveríamos estar também pensando num hospital no Capão Redondo. Temos de atacar a questão da moradia. Há demandas por moradias. Vários terrenos estão sendo ocupados. Inclusive hoje, próximo de nós, na divisa de Capão Redondo com M'Boi Mirim e Jardim Ângela, um enorme terreno foi ocupado por centenas de famílias. Na região do Morumbi, na Vila

Andrade, há alguns terrenos próximos ao Morro do Puma, cheios de ocupação de barracos de plástico, havendo habitação em condições subumanas. Pessoas estão ocupando esses imóveis porque não têm para onde ir. A política de produção de moradia popular é muito lenta, demorada. Há uma dificuldade. Não vemos mais aqueles processos de construção de moradias, para que pessoas tenham acesso a isso e conquistem seus direitos, tendo uma casa para morar com dignidade.

Espero que, por meio da Comissão de Política Urbana, juntamente com os Vereadores José Police Neto, Andrea Matarazzo e Nabil Bonduki, possamos, nessa revisão do Plano Diretor, dar essas respostas que a população clama e precisa.

Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
